



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
SANTA COMBA DÃO, REALIZADA NO DIA 28 DE DEZEMBRO
DE 2015**

Aos vinte e oito dias do mês de dezembro de dois mil e quinze, no Auditório Municipal de Santa Comba Dão, pelas quinze horas, teve lugar a quinta sessão ordinária do corrente ano da Assembleia Municipal (AM) de Santa Comba Dão, com a seguinte Ordem de trabalhos:

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1-LEITURA DE EXPEDIENTE

I – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 2.1- APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE SETEMBRO DE 2015;**
- 2.2- INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;**
- 2.3- PROPOSTA DE ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2016 / MAPA DE PESSOAL, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 28º E 29º DO ANEXO À LEI Nº35/2014, DE 20 DE JUNHO (LEI GERAL DO TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS) = APRECIAÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;**
- 2.4- COMPROMISSOS PLURIANUAIS = PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA, PARA A ASSUNÇÃO PLURIANUAL DE COMPROMISSOS À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO Nº1 DO ARTIGO 6º DA LEI Nº8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, REPUBLICADA PELA LEI Nº22/2015, DE 17 DE MARÇO E CONSEQUENTE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NAS SITUAÇÕES EM QUE SE VERIFIQUE O ESTATUÍDO NO Nº3 DO CITADO ARTº 6º = APRECIAÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;**
- 2.5- PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO EM 2016 (ART. 50º DA LEI Nº73/2013, DE 03 DE SETEMBRO) = APRECIAÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;**
- 2.6- ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE SANTA COMBA DÃO = APRECIAÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;**
- 2.7- PEDIDO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO**



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA, AO ABRIGO DO DECRETO-LEI Nº165/2014, DE 05 DE SETEMBRO (ALÍNEA A) Nº4 DO ARTIGO 5º). REQUERENTE JOÃO LUIS SOARES DDE OLIVEIRA = APRECIAÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

2.8- PEDIDO DE CERTIDÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA AO ABRIGO DO DECRETO-LEI Nº165/2014, DE 05 DE SETEMBRO (ALÍNEA A) Nº4 DO ARTIGO 5º). REQUERENTE: JOSÉ CARLOS HENRIQUES DE OLIVEIRA = APRECIAÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

2.9- FUNDO DE APOIO MUNICIPAL (FAM) = APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DO PAM – PROGRAMA DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO, QUE INTEGRA: CONTRATO DO PROGRAMA DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL; PLANO DE REESTRUTURAÇÃO DA DÍVIDA E CONTRATO DE EMPRÉSTIMO DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA, ATÉ AO MONTANTE DE 8 536 781 € (ART. 26º DA LEI 53/2014, DE 25 DE AGOSTO, CONJUGADO COM O DISPOSTO NO NO6, DO ARTIGO 29º, DA LEI Nº73/2013, DE 03 DE SETEMBRO);

2.10- COMUNIDADE INTERMUNICIPAL VISEU DÃO LAFÕES = PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTODO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2016 = CONHECIMENTO

III- PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO.

Presidiu aos trabalhos o Sr. Presidente Fernando Paulo Soares Gomes secretariado por César Fernando Lima Branquinho e Maria José Nogueira de Sousa Tavares.

Participaram também na sessão, tomando assento nas bancadas que lhes estavam destinadas os Senhores Deputados: Fernando Augusto Neves Gomes da Cruz, Edite da Conceição Alves da Cruz, Alcino Manuel Coimbra Martins Almeida, Marco Paulo Antunes Varela, Jorge Miguel Silva Amaral, Luís Artur Loureiro Pereira, Manuel Luís Leitão Morais, Luís Pedro Figueiredo Simões Nunes, José dos Santos Castanheira Neves, Luís Miguel Ferreira Marques, Rui Jorge Gonçalves da Silva Pereira, Márcia Sofia Gonçalves Marques, Pedro Miguel Soares Veloso, Tiago Rafael Rodrigues da Costa, Joaquim Pereira Rodrigues, Fernando Manuel Dias de Almeida e Costa, João Pedro Duarte da Cruz, Serafim Pereira Rodrigues, José Rui Batista Alves Ferreira, José Augusto Morais de Sousa, Domingos Manuel Costa Marques e Urbana Maria Coimbra Sousa. Com a presença



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de vinte e cinco deputados, catorze deputados do Partido Socialista (PS); dez deputados do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrático (PPD/PSD) e um deputado do Partido Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS/PP).

Verificou-se a ausência dos Senhores Deputados António José Correia e Maria Inês Dias Simão que foram consideradas justificadas pela mesa.

A sessão começou com a seguinte ordem de trabalhos:

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1-LEITURA DE EXPEDIENTE

O 1º Secretário da Mesa, Sr. Deputado César Branquinho, fez a leitura do expediente endereçado a esta Assembleia Municipal – o primeiro assunto era referente à dívida da Associação de Municípios do Planalto Beirão à Câmara Municipal de Santa Comba Dão; o segundo assunto era um ofício dirigido ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal Santa Comba Dão pela Assembleia Municipal de Viseu relativo a uma moção que defende a instalação das juntas médicas da ADSE no Município de Viseu. Assuntos que constituem o anexo nº1 desta ata e dela fazendo parte integrante.

Em seguida o Sr. Presidente da Assembleia abriu as inscrições para as intervenções dos senhores deputados neste período.

Foi dada a palavra ao Sr. Deputado Rui Jorge Pereira começando por desejar, em nome do CDS/PP, que todos os deputados e santacombadenses tivessem passado um feliz Natal. Continuou a sua intervenção referindo que as bancadas do PPD/PSD e CSD/PP não podiam deixar passar em claro os resultados das eleições legislativas realizadas no passado mês de outubro. O teor desta intervenção constitui o anexo nº 2 desta ata, dela fazendo parte integrante.

Tomou a palavra o Sr. Deputado Manuel Luis Leitão Morais que na sua intervenção se referiu à sinalização rodoviária e Itinerário Principal nº3 (IP3). A sua intervenção constitui o anexo nº 3 desta ata, dela fazendo parte integrante.

Interveio em seguida o Sr. Deputado Marco Varela, questionando o Sr. Presidente da Câmara acerca do desígnio e objetivos do Executivo para os próximos dois anos. A referida intervenção constitui o anexo nº 4 desta ata, dela fazendo parte integrante.

A intervenção do Sr. Deputado César Branquinho abordou os atentados de Paris, o drama dos refugiados, o novo ciclo político saído das eleições legislativas do dia 5 de Outubro e o



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

trabalho levado a cabo pelo atual Executivo Autárquico que enalteceu referindo que este, durante estes dois difíceis anos, conseguiu equilibrar as finanças do Município. A sua intervenção constitui o anexo nº 5 desta ata e dela faz parte integrante.

Depois tomou a palavra o Sr. Deputado Luís Artur Pereira para colocar questões relativas à situação da criação do Centro de Marcha e Corrida, à Ecopista do Dão e ao desenvolvimento turístico do concelho. Os temas da sua intervenção constituem o anexo nº 6 desta ata e dela fazem parte integrante.

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara desejando, antes de responder às questões colocadas pelos senhores deputados, a todos os presentes a continuação de festas felizes e um ano de dois mil e dezasseis pleno de realizações pessoais e profissionais.

Em relação ao Sr. Deputado Rui Jorge Pereira disse que este não lhe colocou propriamente nenhuma questão mas que deixou uma dúvida relativa ao futuro e algumas críticas às quais não está inibido de fazer alguns comentários. Aconselhou-o a ouvir os comentários do Professor Marcelo Rebelo de Sousa relativamente a algumas questões colocadas, como por exemplo no que diz respeito à saúde.

Relativamente à questão colocada pelo Sr. Deputado Manuel Luis Leitão disse que os trabalhos já deviam ter sido iniciados e que há muitos anos que o trabalho de pintura não era feito. Explicou que o mesmo envolvia custos muito elevados pois tinha de ser feito com equipamentos próprios. Informou que a adjudicação destes trabalhos estava praticamente concluída mas que, pelos motivos apresentados, não ia ser feito em todo o Concelho. Apenas nos troços onde há mais movimento como é o caso do corredor de Treixedo até Santa Comba Dão e de toda a zona da estrada que liga o Vimieiro às Lameiras. Em relação à saída do IP3, na zona do Chamadouro, expôs que só depois da ponte ter entrado em funcionamento é que foi possível verificar a sua configuração e que só aí é que o Executivo se apercebeu da dimensão do problema. O Sr. Presidente comunicou ainda que já tinha agendada uma reunião com o Presidente das Estradas de Portugal para resolver vários problemas, nomeadamente sobre a ponte e sobre a Ecopista. Considerou que este assunto devia ser debatido no Conselho Municipal de Segurança sugerindo a elaboração de uma moção da qual, com muito gosto, seria portador.

Às questões colocadas pelo Sr. Deputado Marco Varela, o Sr. Presidente da Câmara reafirmou que a primeira preocupação tinha sido equilibrar as contas do Município. Afirmou não ter descurado todas as outras questões relativas ao desenvolvimento municipal e que está empenhadamente a trabalhar nisso. Acrescentou que estão a decorrer contactos com empresários com vista à sua instalação em Santa Comba Dão em pavilhões desativados nas zonas industriais. Enumerou contrariedades como por exemplo o problema da



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

derrama. Referiu que nos concelhos vizinhos é zero o que causa um grave problema de competitividade.

Relativamente à área do turismo afirmou que era prioritária para o Município. Informou já terem sido apresentadas candidaturas no âmbito da ADICES e da CCDR que incidiriam prioritariamente nas vertentes do turismo cultural associado à nossa riqueza histórica estando neste momento criadas condições para a existência de uma rota turística de Figuras do Estado Novo numa candidatura conjunta dos concelhos vizinhos: Santa Comba Dão, Carregal do Sal, Mortágua e Tondela. O objetivo, afirmou, passa também por internacionalizar e dinamizar a região em termos de hotelaria, restauração e comércio local. Outro projeto que referiu diz respeito à candidatura da rota dos percursos da Batalha do Buçaco que se materializa na criação de um centro interpretativo. Esta candidatura engloba os concelhos de Santa Comba Dão, Mortágua, Penacova Mealhada e Coimbra. Sobre a criação de alojamento informou estar a colaborar com alguns empreendedores e empresários que se estão a instalar no concelho como é o caso do Solar do Morgadio, no Rojão Pequeno. No que diz respeito à promoção da Ecopista disse que esta compete primordialmente à estrutura da CIM não obstante este facto o Município, como o principal interessado, também a deve fazer. Salientou que, nesse sentido, tem já praticamente acordada uma acessibilidade a partir da estação dos Caminhos de Ferro e a encetar a negociação de duas casas de função para que possam servir de apoio aos utentes da ecopista: aluguer de bicicletas, acesso a balneário e alojamento.

No que diz respeito às questões levantadas pelo Sr. Deputado Luís Artur Pereira relativamente ao centro de Marcha e Corrida explicou que o processo não tem andado ao ritmo desejado estando no entanto a contactar algumas instituições locais para ajudar no desenvolvimento do projeto. Referiu também as dificuldades processuais em contratar um técnico que permitisse levar por diante o início deste centro. Relativamente ao resultado da reunião da estrutura de acompanhamento disse não ter dados para lhe transmitir mas que oportunamente lhe iria fazer chegar a informação. Em relação ao turismo de natureza referiu existirem todas as condições de ter esse tipo de turismo associado à Ecopista, à Barragem da Aguieira e ao funcionamento do Solar. Quanto ao empreendimento da Senhora da Ribeira comunicou que a maioria dos terrenos eram privados. Das reuniões havidas com estes não anteviu grande interesse na dinamização do projeto a não ser que encontrassem parceiros para o fazer. Relativamente ao Granjal referiu já ter sido assinado um contrato de concessão de exploração por cinquenta anos com a Direção Geral de Energia e Geologia garantindo estar aquele bem na mão do Município. Informou estar o município, por esse facto, obrigado a um elevado caderno de encargos como são os casos de ter de se



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

fazer uma nova captação, de ter de implementar um balneário termal e de ter de fazer um estudo metro-hidrológico para aferir das qualidades terapêuticas da água. Prosseguiu \ esclarecendo que o Executivo também está a trabalhar num plano de pormenor para encontrar interessados na exploração de um hotel ou de um empreendimento turístico. Salientou, tendo em conta o exposto, isto ser uma mais valia para o desenvolvimento económico do concelho.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia

I – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1- APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE SETEMBRO DE 2015;

Na apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 28 de setembro de 2015, esta foi aprovada por unanimidade, com vinte e cinco votos, sendo catorze votos a favor do PS, dez do PSD/PSD, um voto a favor do CDS/PP.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia

2.2- INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;

O Presidente da Câmara nos termos do nº1 do artº 16 do Regimento da Assembleia Municipal apresentou a informação sobre a atividade do Município e da situação financeira do mesmo compreendida entre o período de vinte de setembro e onze de dezembro de 2015.

Depois de ter apresentado a informação sobre a atividade do Município o Sr. Presidente da Câmara apresentou um balanço do trabalho feito nos dois anos de mandato deste Executivo relativo a despesas e melhorias no Concelho e cuja intervenção constitui o anexo nº7 desta ata e dela fazendo parte integrante.

Terminada a intervenção, o Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para os deputados se pronunciarem.

Tomou a palavra ao Sr. Deputado Rui Jorge Pereira e cuja intervenção constitui o anexo nº 8 desta ata, dela fazendo parte integrante.

Em seguida o Sr. Deputado Marco Varela interveio no sentido de questionar sobre a área da saúde e no que diz respeito à inatividade do equipamento de RX no Centro de Saúde de



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Santa Comba Dão e cuja intervenção constitui o anexo nº 9 desta ata e dela fazendo parte integrante.

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Rui Jorge Pereira acerca do desenvolvimento cultural do concelho referiu que o Gabinete de Comunicação e Imagem da Câmara faz a divulgação da agenda cultural através da publicitação em Newsletter no site da Câmara difundida para todos os endereços eletrónicos que possui. Relativamente à alteração da designação que propõe de Casa da Cultura para Casa da Música disse poder afirmar que efetivamente tem decorrido uma grande atividade a nível da música: atividades do Conservatório, teatros musicais, concertos das filarmónicas e apresentações das tunas. Referiu que estas atividades apresentam uma qualidade muito grande. Referiu ainda que muitas das iniciativas partem das associações locais estando esta casa sempre aberta às propostas que lhe quiserem fazer chegar. Referiu como exemplo que o Centro Cultural do Rojão tem feito espetáculos de muita qualidade, no âmbito do teatro, utilizado também a Casa da Cultura. A Casa da Cultura, encorajou, é de todos os que queiram lá realizar eventos. Também disse que ao Município compete, dentro dos seus condicionalismos financeiros, incentivar e apoiar iniciativas das associações locais e não liderar projetos. Fica muito satisfeito que na área da música o nível seja elevado e que a nível nacional Santa Comba Dão seja reconhecida como concelho da música o que é bom em termos culturais e económicos. Relativamente ao engenheiro Galvão Lucas disse que têm estado a pensar na melhor metodologia e modo como o vão homenagear. Recordou que esse assunto não estava esquecido.

Relativamente à questão colocada pelo Sr. Deputado Marco Varela disse que a reparação do RX era da responsabilidade da ARS Centro. Comunicou que numa reunião com o Sr. Presidente da ARS lhe transmitiu essa informação levando a que neste momento já esteja a funcionar. A reparação era simples do ponto de vista técnico mas difícil do ponto de vista financeiro.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia

2.3- PROPOSTA DE ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2016 / MAPA DE PESSOAL, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 28º E 29º DO ANEXO A À LEI Nº35/2014, DE 20 DE JUNHO (LEI GERAL DO TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS) = APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

O Presidente da Câmara fez uma explanação à proposta de orçamento da receita e despesa



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e grandes opções do plano para o ano de 2016 / mapa de pessoal, ficando arquivado no processo da presente sessão e que foi enviado a todos os deputados da Assembleia nos termos do Regimento. Também disse que neste orçamento estão expressas as contingências em contencioso ainda não contabilizadas. Referiu que o executivo tem de ser rigoroso no trabalho que está a fazer para acautelar estas “machadadas” que vão aparecendo.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do relatório, sendo depois abertas as inscrições para discussão.

Foi dada a palavra ao Sr. Deputado Fernando Cruz que começou por dizer que por questões de educação não ia responder às acusações que lhe foram feitas anteriormente, era uma pessoa livre e responsável e que relativamente às responsabilidades políticas do anterior Executivo já foi julgado e que o Sr. Presidente também passou muitos anos na Câmara e também deixou responsabilidades. Relativamente ao orçamento disse que não fazia nenhuma afirmação de valor mas que queria alguns esclarecimentos relativamente às contingências anteriormente de 4 milhões de euros e agora de 4 milhões e setecentos mil euros. Disse gostar de saber a que se reportam esses valores. Relativamente à Combanimba perguntou se ainda se mantêm os dois processos da autoridade tributária: um que a Câmara ganhou e outro sobre o qual havia um recurso. Relativamente às entidades Profiacademus e Combanima questionou sobre o que é que ainda subsiste para se poder encerrar o ciclo dessas entidades entretanto fechadas.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que relativamente às contingências esse é o valor que está em aberto e que está a circular dentro das entidades que têm de se pronunciar. Quanto à questão da Combanimba e Profiacademus o seu não encerramento tem a ver com a dívida financeira (empréstimos).

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento em apreço a votação. Neste momento não estava presente o Sr. Deputado Marco Paulo Antunes Varela (do PPD/PSD), e a Assembleia Municipal aprovou por maioria, com dezoito votos: catorze votos do PS; três votos do PPD/PSD, dos deputados João Pedro Duarte da Cruz, Serafim Pereira Rodrigues e José Rui Batista Alves Ferreira e um voto do CDS/PP; com seis abstenções do PPD/PSD.

Findo este ponto o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia.

2.4- COMPROMISSOS PLURIANUAIS = PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA, PARA A ASSUNÇÃO PLURIANUAL DE COMPROMISSOS Á ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NOS TERMOS



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten signature and initials]

DA ALÍNEA C) DO Nº1 DO ARTIGO 6º DA LEI Nº8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, REPUBLICADA PELA LEI Nº22/2015, DE 17 DE MARÇO E CONSEQUENTE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NAS SITUAÇÕES EM QUE SE VERIFIQUE O ESTATUÍDO NO Nº3 DO CITADO ARTº 6º = APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

O Sr. Presidente da Câmara fez um breve resumo acerca dos compromissos plurianuais. Depois o Sr. Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para a discussão e como nenhum deputado se inscreveu o documento em apreço foi colocado a votação. A Assembleia Municipal aprovou-o por unanimidade, com vinte e cinco votos: sendo catorze do PS, um do CDS/PP e dez votos do PPD/PSD.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia

2.5- PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO EM 2016 (ART. 50º DA LEI Nº73/2013, DE 03 DE SETEMBRO) = APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da informação dada pelo Sr. Presidente da Câmara. Sendo depois abertas as inscrições para a discussão e como nenhum deputado se inscreveu o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento em apreço a votação e a Assembleia Municipal aprovou-o por unanimidade, com vinte e cinco votos: sendo catorze do PS, um do CDS/PP e dez votos do PPD/PSD.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia.

2.6- ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE SANTA COMBA DÃO = APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

Depois da apreciação e aberto o ponto a discussão e não havendo pedidos de intervenção o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento em apreço a votação e a Assembleia Municipal aprovou-o por unanimidade, com vinte e cinco votos: sendo catorze do PS, um do CDS/PP e dez votos do PPD/PSD.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia.

2.7- PEDIDO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA, AO ABRIGO DO DECRETO-LEI Nº165/2014, DE 05 DE SETEMBRO (ALÍNEA A) Nº4 DO ARTIGO 5º). REQUERENTE JOÃO LUIS SOARES DDE OLIVEIRA = APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Depois da apreciação e aberto o ponto a discussão e não havendo pedidos de intervenção passou-se a votação do documento. Sendo depois abertas as inscrições para a discussão e como nenhum deputado se inscreveu o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento em apreço a votação e a Assembleia Municipal aprovou-o por unanimidade, com vinte e cinco votos: sendo catorze do PS, um do CDS/PP e dez votos do PPD/PSD. Terminado este ponto o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia.

2.8- PEDIDO DE CERTIDÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA AO ABRIGO DO DECRETO-LEI Nº165/2014, DE 05 DE SETEMBRO (ALÍNEA A) Nº4 DO ARTIGO 5º). REQUERENTE: JOSÉ CARLOS HENRIQUES DE OLIVEIRA = APRECIAÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da informação. Sendo depois abertas as inscrições para a discussão e como nenhum deputado se inscreveu o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento em apreço a votação e a Assembleia Municipal aprovou-o por unanimidade, com vinte e cinco votos: sendo catorze do PS, um do CDS/PP e dez votos do PPD/PSD.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia.

2.9- FUNDO DE APOIO MUNICIPAL (FAM) = APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DO PAM – PROGRAMA DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO, QUE INTEGRA: CONTRATO DO PROGRAMA DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL; PLANO DE REESTRUTURAÇÃO DA DÍVIDA E CONTRATO DE EMPRÉSTIMO DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA, ATÉ AO MONTANTE DE 8 536 781 € (ART. 26º DA LEI 53/2014, DE 25 DE AGOSTO, CONJUGADO COM O DISPOSTO NO NO6, DO ARTIGO 29º, DA LEI Nº73/2013, DE 03 DE SETEMBRO);

Os senhores deputados da Assembleia tiveram, previamente, acesso aos documentos em apreço, nos termos do Regimento, ficando, os mesmos, arquivados no processo da presente sessão.

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para dizer que a apresentação e aprovação deste plano constitui um marco da vida municipal e é um instrumento a que o Município foi obrigado a concorrer devido ao facto se encontrar em rutura financeira, ou seja, do endividamento ser superior a três vezes a média da receita cobrada líquida nos últimos três



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

anos. Estes factos obrigaram a apresentar candidatura ao FAM. Reforçou ser esta uma obrigação e não uma opção. Disse que esta situação obriga ao cumprimento de um caderno de encargos extremamente difícil exigindo uma gestão rigorosa do ponto de vista financeiro, de toda a vida municipal e que acarretava graves consequências para os munícipes e para o desenvolvimento económico do concelho. Alertou para o facto de já ter havido dois planos de reequilíbrio financeiro dos quais o primeiro, no valor de 6,5 milhões de euros, acabou por ter sido violado antes de ser aprovado, devido à má gestão.

O Sr. Presidente da Câmara agradeceu ao Dr. Pedro Mota e Costa o facto de ter aceite o desafio de ter ajudado a construir o Plano de Ajustamento Municipal (PAM) e de o ter vindo aqui apresentar. Agradeceu ainda o sentido profissional, a disponibilidade pessoal e o apadrinhamento que fez do Município de Santa Comba Dão. O seu agradecimento estendeu-se também à sua colaboração nas respostas dadas ao Tribunal de Contas relativas às questões colocadas sobre o PAEL. Também referiu que o PAM não foi contratado, foi um documento trabalhado pelo Executivo e pelos vereadores, um documento discutido em muitas reuniões de trabalho informais e em reuniões públicas, discutido com a direção do PAM e do consultor. Foi um trabalho executado com rigor e que tem de ser aplicado com rigor. É um documento que não admite leviandades nem manobras populistas no futuro e que nos vincula a todos.

A seguir o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Dr. Pedro Mota e Costa, consultor técnico do Município e responsável pela elaboração do PAM, para fazer uma apresentação à Análise do Programa de Ajustamento Municipal apresentado ao abrigo da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto e que tem como objetivo principal a redução da dívida total do Município, até ao limite previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual. Foi feita uma apresentação minuciosa aos senhores deputados relativamente aos documentos em análise, sobre os mecanismos de recuperação financeira do Municipal, onde foram definidos os objetivos que o Município tem de cumprir perante as medidas acordadas entre as partes, nomeadamente no que diz respeito ao Programa de Ajustamento Municipal (Contrato PAM), Plano de Reestruturação da Dívida e Assistência Financeira.

Após a apresentação do Dr. Pedro Mota e Costa o Sr. Presidente da Câmara interveio destacando as consequências do incumprimento da recuperação financeira Municipal (FAM): O incumprimento do PAM, nos termos dos n.os 1 e 4, ambos do artigo 49.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, constitui facto suscetível de responsabilidade financeira prevista nas alíneas b), d) e f), do n.º 1 do artigo 65.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (Lei n.º 98/97, de 16 agosto); o incumprimento do PAM constitui motivo



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de suspensão da execução do PAM e eventual causa de reembolso imediato dos montantes desembolsados até à data da suspensão (acrescidos dos juros ocorridos).

Sendo depois abertas as inscrições para a discussão. Tomou a palavra o Sr. Deputado Fernando Cruz, dizendo que foram produzidas algumas declarações difíceis de entender pois este executivo nos dois anos do seu mandato conseguiu o equilíbrio financeiro das contas municipais, ficando surpreendido com esta questão de ainda se estar a utilizar quatro instrumentos financeiros importantíssimos. Que todos sabem que os três instrumentos: plano de reequilíbrio, o plano de apoio à economia local e o apoio transitório já eram da responsabilidade deste Executivo, mas entretanto as finanças já estavam equilibradas o que queria dizer que já houve, certamente, neste equilíbrio fundos disponíveis, resolvidos, teriam havido outras situações que permitiram à Câmara liquidez e com as suas receitas próprias poder resolver as suas despesas e as suas responsabilidades normais. A esta responsabilidade que foi aqui dita pelo Sr. Deputado César Banquinho gostaria de ser esclarecido pelo Sr. Presidente da Câmara se as finanças públicas estão de tal modo equilibradas que permitam que estes instrumentos que estão a ser utilizados não tenham agora toda esta dificuldade que foi produzida. Relativamente ao comentário prévio que o Sr. Presidente da Câmara fez, de que este documento não permitia leviandades, fica por esclarecer a esta Assembleia quais são as leviandades pois todos os documentos assinados não o permitem, aliás a lei do Tribunal de Contas no incumprimento já diz respeito ao PAEL, onde o mesmo Executivo que agora está a lidar com o FAM votou contra o PAEL, com três votos, no executivo anterior. Disse, ainda, que uma coisa são responsabilidades contingentes vindas do Executivo anterior que originaram a que haja um documento a que a Câmara foi obrigada, incontornavelmente, a recorrer dentro da lei que temos. Gostaria de destacar, aqui, a profundidade do trabalho desenvolvido na elaboração do PAM quer ao nível dos técnicos, dos consultores, do Executivo, da Direção Executiva e da DGAL pelo esforço de concertação e uma solução muito complexa onde o sucesso a médio e longo prazo, a vinte anos, dependerá sempre da capacidade de gestão política da sua implementação. Fez uma leitura do documento em que o Dr. Pedro Mota e Costa colaborou intensamente e pela sua capacidade de o desenvolver poderá também esclarecê-lo. A primeira avaliação dos documentos que sustentam a proposta do PAM destacou que a trajetória registada no comportamento da despesa entre 2010-2014 nos custos orçamentais havia um registo na diminuição da despesa, ou seja o Executivo anterior e este estavam a ter um comportamento no sentido de ter obrigatoriamente de baixar a despesa, naturalmente havia recursos insuficientes, e teve de se travar no investimento. Houve um trabalho intenso no Executivo anterior e neste de seguirem o caminho de diminuir a



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

despesa. Uma segunda questão muito relevante e que deve ficar claro nesta Assembleia é uma especulação que existe permanentemente sobre a estrutura da dívida do Executivo anterior. No documento fica claro que a dívida municipal é de 17,6 milhões de euros, a dívida financeira à banca é de 12,6 milhões, a dívida não financeira a credores é de 5 milhões, as entidades participadas (empresas municipais) e AMPB E CIM somam 1,2 milhões. No total teremos uma dívida da responsabilidade do Município de 18,8 milhões de euros sendo aqui que nos deveríamos deter, assim, pergunta ao Dr. Pedro Mota e Costa se pode dizer se isto é a dívida do Município. A terceira medida e mais relevante e que vai provocar um forte impacto nos munícipes e na vida económica do concelho tem a ver com questão da introdução no documento da maximização da receita, que é obrigatória, pela via da Derrama, do IMI, este último uma brutalidade para os munícipes, e um conjunto de outras medidas na fixação de preços, como é o caso da água e do saneamento que comparando com os concelhos limítrofes tem custos mais caro, e se houver ajustamentos nestas medidas não sabe como vai ser possível viver em Santa Comba Dão nos próximos anos. Isto vai afastar as pessoas de viver em Santa Comba Dão e as empresas vão preferir os concelhos vizinhos pois as medidas aqui implementadas são penalizadoras.

Foi dada a palavra ao Dr. Pedro Mota e Costa, que disse só lhe ter sido colocada uma questão e que tinha a ver com a dívida total, ou seja, perante os dados oficiais do Município e apreciados e votados por esta Assembleia e aprovados pelo Executivo Municipal, certificados pelo Revisor Oficial de Contas nos termos do art. 52 do Regime Financeiro das Autarquias Locais, efetivamente a dívida total do Município, dívida orçamental que não inclui os passivos, atingia uma dívida de dezoito milhões em 31 de dezembro de 2014, é a realidade que os documentos dos termos de prestações de contas evidenciam

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder ao Sr. Deputado Fernando Cruz, começando por dizer que relativamente à análise que o Sr. Deputado fez acha que viveu desligado da realidade durante oito anos. Depois disse que em relação à primeira questão continuam a não existir fundos disponíveis. Relativamente à segunda questão houve um trabalho rigorosíssimo a nível da redução e do controlo da despesa nestes dois últimos anos, coisa que não aconteceu nos últimos anos com o Executivo a que o Sr. Deputado pertenceu. A diminuição da despesa com pessoal a partir de 2010 era verdadeira, mas que em 2005 era na ordem dos 2,5 milhões de euros e que em 2010 era de 3,5 milhões de euros. Contabilizadas as despesas do pessoal da Câmara Municipal, da Combanimba, da Escola Profissional e da DãoGet esta passou para cerca de 4 milhões. A especulação da dívida de 18 milhões, é dessa dívida que se trata, que é a dívida consolidada do Município, mas que o Sr. Vereador se esqueceu que há muita dívida para



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

além desta. Dívida da parceria público-privada, que o Município é responsável e está a pagar, sendo dez milhões de dívida. De seguida o Sr. Presidente da Câmara fez a leitura da declaração de voto dos vereadores do Partido Socialista às contas do Município relativamente a 2010 para destacar que havia uma dívida de 21 milhões de euros, que o compromisso do modelo de gestão dos centros educativos Centro e Sul através de uma parceria público privada, sem financiamento comunitário, que o Executivo a que o Sr. Deputado pertencia e nessa altura tomou, de contrair um empréstimo de perto 10 milhões durante trinta anos, o que perfaz uma dívida de perto 31 milhões de euros.

O Sr. Presidente também referiu que a iluminação pública poderia ter sido submetida a uma candidatura através da CIM aos fundos comunitários, para ter eficiência energética com iluminação de led's, destinada aos 14 municípios da CIM, mas que a Câmara de Santa Comba Dão não quis entrar porque tinha outro projeto. Atualmente 13 municípios estão a ter redução significativa nos custos de iluminação pública menos Santa Comba Dão. Apesar de ter tentado reverter a situação tal não lhe foi permitido. Acrescentou que se hoje se está nesta situação é devido aos problemas e culpas causados por um Executivo ao qual o Sr. Deputado havia pertencido. Reprovou ainda as críticas ao plano a que nos foram obrigados a submeter. Acrescentou ainda que os senhores deputados que estão aqui e que fizeram parte da anterior Assembleia Municipal tinham ouvido o então Presidente de Câmara dizer o seguinte: se o anterior Executivo ao dele teve a oportunidade de colocar os amigos na Câmara ele também tinha, por isso criou a Combanimba para lá colocar o seu pessoal. Não é uma mentira é uma verdade. Ao falar de leviandade devemos medir com rigor as palavras que utilizamos quando temos responsabilidades no passado.

Em seguida foi dada a palavra à Sra. Deputada Edite Cruz que na sua intervenção reconhece o FAM como um instrumento fundamental para resolver a grave situação de sustentabilidade e desequilíbrio do nosso município. A sua restante intervenção constitui o anexo nº 10 desta ata e dela faz parte integrante.

Por último foi dada a palavra ao Sr. Deputado Rui Jorge Pereira para dizer que não é a primeira vez que assuntos destes são aqui trazidos, que o seu forte não são os números, mas que sempre ouviu dizer que a economia começa em nossa casa. Quem está à frente da Câmara deve ter muito cuidado na gestão dos dinheiros públicos, porque o dinheiro não é seu, é apenas um veículo que visa solidificar o desenvolvimento do concelho. Também disse que a Câmara não se deve endividar mais do que aquilo que pode porque afeta toda a comunidade e transmite as dívidas às gerações vindouras. Não lança aqui críticas porque cada um deve assumir a responsabilidade do bom e do mau que fez durante o percurso em que esteve na Câmara. Também disse que vão ser os santacombenses, que não têm culpa



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

das políticas tomadas, a pagar as más decisões.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento em apreço a votação e a Assembleia Municipal aprovou-o por maioria, com dezasseis votos a favor: catorze do PS, um do CDS/PP e um voto do PPD/PSD do deputado Serafim Pereira Rodrigues; abstenções: nove votos do PPD/PSD.

este ponto o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia.

2.10- COMUNIDADE INTERMUNICIPAL VISEU DÃO LAFÕES = PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTODO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2016 = CONHECIMENTO

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do assunto em epigrafe

Terminado este ponto o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia

III- PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO.

No último ponto dos trabalhos da Assembleia o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público.

Interveio o cidadão António Manuel Isidoro Prata. Este dirigiu-se ao Sr. Presidente da Câmara dizendo que no período do Natal a cidade foi visitada por muitos turistas e que os Monumentos aos Combatentes, dos Bombeiros e os Repuxos da Ribeira estavam desativados. Lastimou, considerando que estavam a ser desprezados, que não estivessem a funcionar. Sem a água não realçavam o seu valor. Considerou que dariam outra beleza à cidade isto porque representavam também a vida e cultura de Santa Comba Dão. Seguidamente perguntou ao Sr. Presidente o que é que iria acontecer. Se pelo menos aos fins de semana e feriados não poderiam estar a funcionar.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que efetivamente o seu executivo quer potenciar o desenvolvimento turístico, mas que tem havido uma grande contenção na despesa. Concorde que os monumentos fazem parte da nossa história e ajudam a ornamentar a nossa cidade. Pelos custos que acarretam não podem estar sempre a funcionar, mas, em especial, em festividades e fins de semana quando temos mais visitantes deveriam estar a funcionar, houve esse descuido. Agradeceu a chamada de atenção e fica em boa nota a intervenção. Contudo considera que o Monumento dos Combatentes põe em causa a qualidade estética do local em que está inserido, ofuscando a beleza da fachada do edifício do Tribunal e ao mesmo tempo não destaca a grandeza do monumento. Deveria estar noutra local para ter mais destaque.



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten signature]
Cus

Finalmente, foi lida a ata em minuta que, após votação, foi aprovada por unanimidade. O Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas dezasseis horas e quarenta minutos, da qual e para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Mesa.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Paulo José N. Sousa Traves



Exmo. Senhor
DR. LEONEL GOUVEIA
Distinto Presidente da
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO
Largo do Município, nº 13
3440-337 SANTA COMBA DÃO

[assinatura]

Sua referência

Sua comunicação

Nossa referência

0104

Data
09-04-2015

Assunto: Dívida da Associação de Municípios do Planalto Beirão à Câmara Municipal de Santa Comba Dão

Exmo. Senhor Presidente:

Procurando responder à questão colocada, no tocante à verba de €1.195.678,00 (um milhão cento e noventa e cinco mil seiscientos e setenta e oito euros) inscrita nas contas do Município de Santa Comba Dão, na rubrica "*Outros acréscimos de proveitos*", relacionada com eventuais transferências em falta, devidas por esta Associação, cumpre-me informar o seguinte:

Aquando da receção do ofício em referência supra, cujo conteúdo me deixou apreensivo, remeti o mesmo para análise do Conselho Executivo e solicitei ao Sr. Secretário Executivo informação sobre o que teria dado origem ao conteúdo das declarações emitidas.

Após ter insistido, várias vezes, no sentido de pronúncia sobre a matéria em causa, foi o Conselho Executivo informado pelo próprio, que tais documentos foram emitidos, de conformidade com decisão da anterior Administração, assente nos seguintes pressupostos:

- i) a informação reportava-se à previsível transferência de montantes cobrados, a título de receitas extraordinárias, da distribuição de água ao domicílio do Contrato de Concessão;

[assinatura]



ii) aquando da criação de tais receitas extraordinárias, era entendimento do então Conselho Executivo desta Associação, que tais receitas, depois de pago o investimento com as obras realizadas na concessão, seriam distribuídas pelos municípios integrados na concessão;

iii) entretanto, os sistemas intermunicipais, à semelhança do que já acontecia com as sistemas multimunicipais, passaram a ser auditados pela ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos);

iv) sendo que, o destino destas receitas extraordinárias sobre o consumo da água, foi limitado ao reembolso dos investimentos concretamente incorridos.

Em conclusão, tal verba inscrita como previsional no âmbito das receitas expectáveis do Município de Santa Comba Dão, **deve ser eliminada**, uma vez que é, atualmente seguro, que tal não se concretizou nem virá a concretizar-se, **pelo que o conteúdo de tais documentos não poderá representar qualquer crédito sobre a "Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão" – declinando o atual Conselho Executivo toda e qualquer responsabilidade inerente à emissão e conteúdo dos documentos em causa.**

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente do Conselho Executivo,

(Mário de Almeida Loureiro)



Assembleia Municipal de Viseu

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presente em sessão ordinária

de: 26/12/2015

Deliberado: *[assinatura]*

PRESENTE EM REUNIÃO

de 24 de Novembro de 2015

Deliberado: *[assinatura]*

[assinatura]

[assinatura]

[assinatura]

Ex.mo Senhor

Presidente da Câmara Municipal de Santa Comba Dão

LEONEL JOSÉ ANTUNES GOUVEIA

Largo do Município, 13

3440-337 SANTA COMBA DAO

SAI-AM/2015/175

13-11-2015

5592 17/11/2015

2.9

[assinatura]

[assinatura]

*Poderá ser presente
no período entre as
Ordem do dia 12/12/2015
sessão 19/12/2015*

Na sequência da deliberação da Assembleia Municipal de Viseu, enviamos a V. Exa. o teor da Moção que foi aprovada por unanimidade na sessão ordinária realizada no dia 9 de novembro de 2015:

"Moção: Pela instalação das Juntas Médicas da ADSE no Município de Viseu"

Na sequência da deliberação da Assembleia Municipal de Viseu, enviamos a V. Exa. o teor da Moção que foi aprovada por unanimidade na sessão ordinária realizada no dia 9 de novembro de 2015:

"Moção: Pela instalação das Juntas Médicas da ADSE no Município de Viseu"

1. A ADSE é um subsistema de saúde destinado aos funcionários públicos da administração central, regional e local.
2. As Juntas Médicas da ADSE destinam-se a avaliar a existência de doença natural, acidente em serviço ou doença profissional.
3. As Juntas Médicas da ADSE abrangem a totalidade do território de Portugal Continental estando distribuídas do seguinte modo: Secção Norte com sede no Porto abrange os Distritos de Viana do Castelo, Braga, Porto, Vila Real e Bragança.

Secção Centro com sede em Coimbra contempla os Distritos de Aveiro, Coimbra, Viseu, Guarda e Leiria.



Assembleia Municipal de Viseu

Secção de Lisboa com sede em Lisboa engloba os Distritos de Lisboa, Castelo Branco, Santarém e Setúbal.

Secção Sul com sede em Évora abrange os Distritos de Évora, Beja e Portalegre.

Secção de Faro

4. Face ao exposto, pretendemos que Viseu passe a dispor de Juntas Médicas da ADSE, contribuindo deste modo para que os nossos concidadãos evitem desgastar ainda mais a sua saúde com as deslocações que têm de efetuar para se apresentar àquele serviço sito em Coimbra.
5. Dada a interioridade do Distrito de Viseu, reivindicamos que os nossos concidadãos beneficiários do subsistema da ADSE possam usufruir de um tratamento semelhante àquele que é concedido aos seus homólogos de Faro, que apenas têm de efetuar deslocações dentro do seu próprio Distrito.

A Assembleia Municipal de Viseu, reunida em 9 de Novembro de 2015, deliberou por unanimidade que seja dado conhecimento aos competentes serviços do Ministério da Saúde, Serviços Centrais da ADSE, todos os grupos parlamentares, Presidente da Assembleia da República, CIM Dão Lafões, Câmara Municipal de Viseu, todos os Municípios do Distrito de Viseu.”

Com os melhores cumprimentos.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

(José Manuel Henriques Mota de Faria)

Ex.^{mo} Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Ex.^{mo} Senhor Presidente da Câmara Municipal

Ex.^{mos} Secretários da Mesa

Ex.^{mos} Senhores Deputados e Deputadas

Ex.^{mos} Representantes da Comunicação Social Presentes

Ex.^{mos} Santacombadenses

As bancadas do PSD e do CDS/PP não podem nem devem deixar passar em claro o que, de insólito e peculiar, se passou no nosso País, no passado mês de outubro, aquando da realização das eleições legislativas, e que causou, não só em Portugal, como também no estrangeiro, uma sensação de estranheza inaudita.

Realmente o que sucedeu neste “jardim à beira-mar plantado” nunca tinha acontecido, até então, em quase todas as democracias europeias, o que evidencia a nossa singularidade.

Os resultados eleitorais salientaram a vitória inequívoca, expressiva da Coligação “Portugal ~~de~~ à Frente”. Tal facto provocou, indubitavelmente, no seio da família socialista um certo mau - estar e um assombro imprevisto, já que o PS contava e exultava com a derrota esmagadora do PSD e do CDS, após quatro anos de austeridade, curiosamente despoletados por uma governação desastrosa de José Sócrates e seus pares, que iam lançando o País no abismo irreversível da bancarrota. No entanto, e contrariando as expectativas do Partido Socialista, os Portugueses, com a sua maturidade política, mostraram por A mais B que tinham compreendido que, face à situação económica periclitante a que, se tinha chegado, só o inexorável e implacável “apertar do cinto” ~~permite~~ ^{permite} devolver a Portugal a sua autonomia financeira e dignidade perdidas, de forma tão inglória.

A posição do PS, desde o início, mostrou ser desconcertante, porque, se por um lado, revelou indiferença quanto aos apelos repetidos vezes sem conta pelo Senhor Presidente da República e aos inúmeros convites reiterados pelos líderes do PSD e do CDS para se criar um bloco de sustentabilidade político económico; por outro lado, no silêncio dos bastidores, longe dos olhares indiscretos, os estrategas socialistas gizavam as mais diversas alternativas capazes de viabilizarem - como, realmente, veio a suceder -, um verdadeiro e bem executado assalto ao poder, caso os resultados das eleições legislativas não lhes fossem favoráveis.

Quer se goste ou não, o que não conseguiu obter através da votação popular, o doutor António ^{Costa} secretário-geral do PS, iria consegui-lo de uma maneira bizarra.

Aliás, o doutor António Costa demonstrou uma grande argúcia política, pois mantinha, concomitantemente, conversações com os Partidos da Coligação e com o Bloco de Esquerda e o Partido Comunista Português, ^{e os Verdes} sabendo, de antemão, e muito bem, aquilo que queria . . . e o que queria era, nem mais nem menos, ser Primeiro-Ministro e não um "simples" vice-primeiro ministro de um Governo da Coligação, chefiado, ainda por cima, pelo doutor Pedro Passos Coelho. Era pedir de mais.

Para grandes males, grandes remédios. Aliando-se, pela primeira vez, na sua história, aos ^{e os Verdes} partidos à sua esquerda, - Bloco de Esquerda e Partido Comunista Português -, num casamento oportunista e interesscero, o PS consegue atingir uma dupla finalidade: primeiro - obtenção de uma maioria na Assembleia da República; segundo - o sonho concretiza-se, o Governo legítimo da Nação é derrubado e, mais tarde, é substituído por um outro, liderado pelo doutor António Costa.

A argumentação apresentada pelo secretário-geral do PS para justificar tal procedimento é falaciosa, e não colhe a maioria de opiniões, havendo, inclusive, no seio da família socialista quem discorde frontalmente desta atitude... porque, ética e deontologicamente é uma atitude, a todos os títulos, condenável embora constitucional.

A ver vamos o que nos espera... Achamos que é este o sentimento generalizado do Povo português: de dúvida, de incerteza...

Mais uma vez, chamado a cumprir o seu dever cívico, os eleitores deste concelho depositaram, maioritariamente, o seu voto na Coligação, expressando, de um modo explícito, claro, a sua confiança plena naqueles que se mantinham seguros ao leme da ~~ma~~ ^{ma} denominada Portugal/Coligação: PS: Votos;

Uma onda avassaladoramente laranja, salpicada de azul, cobriu o céu do nosso concelho, manifestando, em todo o seu esplendor, a esperança no futuro... e já que estamos a falar no nosso concelho, é nossa intenção mantermos a nossa postura de forças políticas responsáveis, não obstaculizando as iniciativas do Município, sempre que elas coincidam com os supremos interesses do nosso concelho.

Nos antípodas, jovens e idosos, numa atitude expectável, aguardam, por parte dos responsáveis autárquicos, que os múltiplos problemas que os afetam, em maior ou menor grau, sejam minimizados ou resolvidos em definitivo.

Assim, os jovens que, num êxodo ininterrupto, procuram outras paragens, dentro e fora do País, esperam que um crescimento sustentado da economia do concelho, lhes faculte o acesso ao primeiro emprego e sua manutenção, nas áreas da indústria, do comércio, da agro-pecuária, da cultura, do desporto, das novas tecnologias, como a Informática-, levando- os a fixarem-se em Santa Comba Dão, de preferência.

Relativamente aos ^{mais} ~~ma~~ idosos, eles requerem maiores cuidados de saúde, uma ~~ma~~ rápida e eficaz assistência social, um mais profícuo combate à solidão, uma maior diversidade de entretenimentos dirigidos à Terceira Idade; programas de proteção no concenrente a ~~ma~~ ^{4/10/03} de assaltos, roubos, violações, maus tratos por parte de familiares e, de estranhos, etc, etc...

É um trabalho que tem início e nunca tem fim.

E como esta é a última reunião da Assembleia Municipal do ano de 2015, as bancadas do PSD e do CDS aproveitam este ensejo para formularem votos sinceros de que este Natal traga a todos os que ~~ma~~ ^{vi Verm} e labutam arduamente neste concelho, ~~ma~~ muita paz, concórdia e amor e que o próximo ano represente uma nova fase de desenvolvimento e de prosperidade para o nosso concelho, o que equivale a dizer para todos nós.

Pois bem: Um Santo e Feliz Natal e um ano novo cheio de prosperidade!

Reputado do CDS / PP
Rui Jorge Gonçalves da Silva Pereira



Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Senhor Presidente da Câmara Municipal

Senhores Vereadores da Câmara Municipal

Caros Deputados Municipais

Excelentíssimo público

Comunicação Social

O motivo da minha intervenção têm a ver com a sinalização rodoviária e com o acesso criado recentemente no itinerário principal nº 3 (IP3).

Relativo a sinalização rodoviária tenho constatado e verificado que existe um défice enorme nas nossas freguesias de sinalização horizontal, uma forma de regulamentação em que se utiliza linhas, marcações, símbolos e legendas pintas no chão que têm maior importância quando existe o agravamento das condições meteorológicas, tornando se uma ferramenta importante para a circulação em segurança do trânsito.

Venho alertar que a falta desta regulamentação pode influenciar e muito a perda de qualidade de vida dos munícipes e da população, que passa diariamente pelas nossas estradas, estou a falar concretamente de acidentes rodoviários que muitas vezes provocam mazelas físicas e psicologias para o ser humano.

Em relação a saída do I.P.3 situada no sentido Coimbra-Viseu logo a seguir a ponte inaugurada sobre a Foz do Rio Dão no Km 74, verifiquei que a saída feita recentemente a curto e médio prazo irá constituir a um perigo a circulação não só pela falta de circulação vertical a indicar o destino da saída mas também pela forma de construção que dá a entender aos condutores que após a ponte a estrada segue em reta e não em curva.

Senhor Presidente de Câmara como responsável do nosso concelho pela Segurança e Proteção Civil, questiono se têm conhecimento dos assuntos descritos, se o Conselho Municipal de Segurança e as Estradas de Portugal já têm conhecimento e se em conjunto tomaram algumas medidas.

Santa Comba Dão, 28 de Dezembro de 2015

Manuel Luis Leitão Morais



Santa Comba Dão
Assembleia Municipal

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal

Senhoras e Senhores Vereadores,

Caros colegas deputados Municipais

Excelentíssimo Público

Comunicação Social

2 ANOS DE EXECUTIVO DO PARTIDO SOCIALISTA EM FUNÇÕES – 2013/2015

(QUESTÕES AINDA POR ESCLARECER EM ANTERIORES AM'S)

Esta intervenção diz respeito ao desígnio e objectivos deste executivo para os próximos 2 anos (volvidos já 2 ANOS de mandato). Recordo que esta questão surgiu no seguimento da análise do ponto 3º do documento de **Introdução à Proposta de Orçamento de 2014**, (e já tinha sido colocada na Assembleia anterior) e que dizia o seguinte:

3º Ponto - Apoio à dinamização da economia local:

- De que forma o actual executivo fará (fez) esse mesmo apoio/dinamização?
- Quais os montantes alocados a esse item no orçamento de 2014 e 2015 e o que pensará fazer em 2016 e 2017?
- O que já foi feito do ponto de vista estratégico (em termos de planeamento)? – Já foi criada alguma equipa de trabalho nesse sentido (através do gabinete do investidor ou recorrendo a recursos externos)?

Via- Na AM de 20/09/2014, o Sr. Presidente informou esta AM, que o Sr. Presidente à data – Sr. Engº Mário Silva, estaria a desenvolver um conjunto de contactos junto de empresários e potenciais investidores.

- Existiu (ou existe) alguma agenda de trabalho dedicada aos temas do desenvolvimento estratégico do concelho nos anos de 2014 e 2015?
- Qual a aposta deste executivo? Em que “vectores” actuou (ou ainda pensa actuar)?

[Handwritten signature]

Na verdade, o que gostaríamos de ver aqui esclarecido nesta Assembleia:

- Quais foram os contactos/apoios/iniciativas efectuados junto dos empresários locais e potenciais investidores neste concelho, nos últimos 2 anos e quais pensará desenvolver ainda nos 2 anos que se seguem (2016 e 2017)?

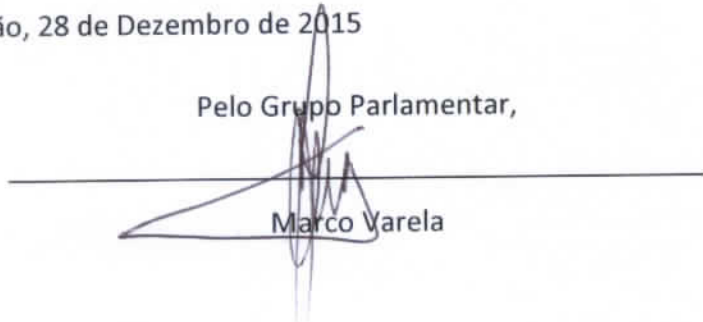
Recordo que, ao longo destes 2 anos, o Sr. Presidente foi-nos transmitindo quer na AM, quer através dos meios da comunicação social (mas sempre sem qualquer rigor), algumas informações (poucas) sobre o que pensa fazer (qual a sua estratégia) para Santa Comba Dão - Ouvimos falar, no Museu/Centro interpretativo do Estado Novo, no “grande Evento ligado à água”, e (ou) em um evento ligado à musica e à água, mas até ao momento e volvidos já 2 anos do seu mandato, acabamos ainda por não perceber o que efectivamente o Sr. Presidente fez ou pretende fazer.

O meu desiderato, é que ao final de 4 anos de mandato, SCD possa vir a ter um (ou vários) projetos que possam alavancar o crescimento económico do concelho e diminuindo/invertendo esta tendência de queda que se tem verificado do ponto de vista empresarial/económico e social!!!

Muito obrigado pela vossa atenção

Santa Comba Dão, 28 de Dezembro de 2015

Pelo Grupo Parlamentar,


Marco Varela



SR. PRESIDENTE DA AM, SR. PRESIDENTE DA CM, SRS.
VEREADORES, SRS. DEPUTADOS, EXMO. PÚBLICO,
COMUNICAÇÃO SOCIAL

O ANO DE 2015 ESTÁ A FINDAR E NELE HÁ A DESTACAR QUATRO
PONTOS DEVERAS IMPORTANTES QUE MERECEM REFLEXÃO
DESTA ASSEMBLEIA E DE TODOS NÓS.

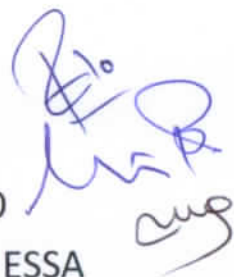
1º OS ATENTADOS DE PARIS EM 13 DE NOVEMBRO EM QUE
GRUPOS DE FANÁTICOS RADICALISTAS, ATENTARAM CONTRA A
LIBERDADE DE CIDADÃOS EUROPEUS, INOCENTES E SEM DEFESA
MORRERAM E SOFRERAM EM CIRCUNSTÂNCIAS DRAMÁTICAS E
HORRÍVEIS, DEIXANDO AMIGOS, FAMILIARES E UM PAÍS
DESTROÇADO, COM HEDIONDOS CRIMES, ATENTANDO CONTRA
A COMUNIDADE EUROPEIA E O MUNDO.

REPROVAMOS....

2º O DRAMA DOS REFUGIADOS EM QUE A GUERRA, A
GANÂNCIA E OS INTERESSES DE ALGUNS, SE SOBREPOEM ÀS
POPULAÇÕES E ÀS COMUNIDADES.

REPROVAMOS...

3º- UM NOVO CICLO POLÍTICO SAÍDO DAS ELEIÇÕES DE 5 DE OUTUBRO. SIM, HOVE UMA MAIORIA DE VOTOS, MAS NÃO HOVE UMA MAIORIA PARLAMENTAR, NÃO CONSEGUINDO ESSA MAIORIA UMA PROPOSTA DE GOVERNAÇÃO QUE TIVESSE O APOIO MAIORITÁRIO NO PARLAMENTO E FOI DESSA CONSEQUENTE INCAPACIDADE QUE SURTIU UMA OUTRA SOLUÇÃO/ALTERNATIVA DE GOVERNO.



EM QUARENTA ANOS DE DEMOCRACIA, TAL NUNCA ACONTECEU, O PARTIDO OU COLIGAÇÃO QUE GANHA NÃO GOVERNA, MAS TAMBÉM É VERDADE QUE NÃO CONSEGUIU UMA MAIORIA PARLAMENTAR QUE PERMITISSE GOVERNAR E APROVAR O PRIMEIRO ORÇAMENTO DE ESTADO.

DURANTE QUATRO ANOS O ANTERIOR GOVERNO TEVE DE ULTRAPASSAR DIFÍCEIS SITUAÇÕES POLÍTICAS E ECONÓMICAS, MAS NÃO CONSEGUIU UM NÚMERO CERTO DE REFORMAS, QUE PERMITISSE MAIS UM CICLO DE GOVERNAÇÃO.

OS PORTUGUESES TÊM ESPERANÇA EM OUTRAS ALTERNATIVAS E REFORMAS, QUE POSSAM REPOR UM MELHOR NÍVEL DE VIDA, COM MAIS APOIOS AOS JOVENS, AOS DESEMPREGADOS, AOS DESFAVORECIDOS, AOS REFORMADOS E AOS TRABALHADORES, COM UM SNS FORTE E EFICAZ E COM UMA ESCOLA PÚBLICA ABRANGENTE E MODERNA.

UM GOVERNO QUE DÊ AO PAÍS A INOVAÇÃO, EQUIDADE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO QUE TODOS PRECISAMOS.

4º O EXECUTIVO AUTÁRQUICO QUE DURANTE ESTES DOIS ANOS DIFÍCEIS TANTO ECONOMICAMENTE, COMO DE GESTÃO DE RECURSOS MATERIAIS E HUMANOS CONSEGUIU EQUILIBRAR AS FINANÇAS.

AGORA NOVA ETAPA SE DEPARA, VIRADA PARA O INVESTIMENTO, CRIAR NOVOS DESAFIOS ESTRUTURAIS E CONSEGUIR LEVAR PARA A FRENTE O DESENVOLVIMENTO QUE TODOS DESEJAMOS PARA OS NOSSOS JOVENS, FAMÍLIAS E POPULAÇÕES.

ESPERAMOS QUE TODOS JUNTOS, EXECUTIVO CAMARÁRIO, VERAÇÃO, ASSEMBLEIA MUNICIPAL E JUNTAS DE FREGUESIA, UNAM ESFORÇOS A BEM DE SANTA COMBA DÃO.

UM BOM ANO DE 2016 PARA TODOS.

OBRIGADO.

5ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

CÉSAR BRANQUINHO DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA.





Santa Comba Dão
Assembleia Municipal

21.
[Handwritten signature]
aug

Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Senhores Secretários

Senhor Presidente da Câmara Municipal

Senhores Vereadores

Senhores Membros da Assembleia Municipal

Estimado Público

Comunicação Social

Centro de Marcha e Corrida

Na Assembleia Municipal de 28 de Dezembro de 2013, solicitei ao Sr. Presidente da Câmara Municipal um esclarecimento sobre a situação da criação do Centro Municipal de Marcha e Corrida e a consequente adesão ao Programa Nacional de Marcha e Corrida. Foi-me respondido que estava a ser elaborado um Plano de Actividades Anual para o ano de 2014 e que a actividade física seria um dos pontos a ser considerado no mesmo. Na Assembleia de 28 de Fevereiro de 2014, voltei a inquirir o Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca do estado do processo de criação do referido Centro de Marcha e Corrida. Foi-me respondido que o Sr. Vereador com o pelouro do Desporto tinha tido uma reunião com o Sr. Director Regional da Juventude e Desporto. Passados dois anos, pergunto, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal:

- **Qual o estado do processo de criação do Centro Municipal de Marcha e Corrida ?**
- **Tendo em conta que o exercício físico é muitas vezes um remédio, tem o Município em preparação, algum plano, que incentive a prática regular do exercício físico, com o adequado enquadramento técnico, que tenha como alvo as camadas mais sedentárias da população ?**



Ecopista do Dão

A Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões recebeu o prémio de Mobilidade em Bicicleta na categoria de "Comunidades Intermunicipais", na 10ª Edição do Prémio Nacional "Mobilidade em Bicicleta". A CIM Viseu Dão-Lafões foi galardoada pelo trabalho e dinamismo que tem desenvolvido na Ecopista do Dão. Duas perguntas ao Sr. Presidente da Câmara Municipal:

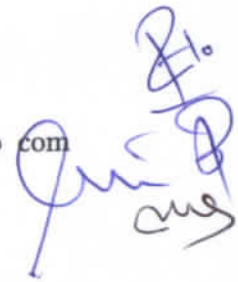
- Sendo a Ecopista um equipamento de excelência, porque motivo não é promovida e divulgada pelo Município ? Por exemplo, no sítio *Internet* do Município, na secção *Visitar o Concelho*, ela é referida de passagem. Não teve sequer direito a uma subsecção própria ou a uma fotografia. Quem visitar o sítio da Câmara Municipal, e desconheça a existência da Ecopista, continuará, quase certamente, a desconhecer a sua existência. Como pode o Município ignorar um equipamento que ganhou um prémio internacional e que deveria ser um dos cartões de visita do Concelho ? Não é a atracção de visitantes uma prioridade para o Município ?
- Qual o resultado da reunião da Estrutura de Acompanhamento da Ecopista do Dão, constantes na Actividade do Município ?

Desenvolvimento Turístico

O turismo de natureza e cultural tem-se revelado uma actividade económica com alguma relevância em regiões menos desenvolvidas economicamente, como é o caso de grande parte do interior de Portugal. Tratam-se de zonas com uma combinação de paisagens selvagens e paisagens urbanizadas ancestrais que, devido à ocupação humana relativamente baixa conservam valores naturais e culturais únicos.

Santa Comba Dão, a "Princesa do Dão", tem potencialidades turísticas únicas a nível regional. Para serem exploradas e trazerem benefício social e económico aos Santacombenses é necessário que seja criado um *cluster* turístico-cultural que englobe

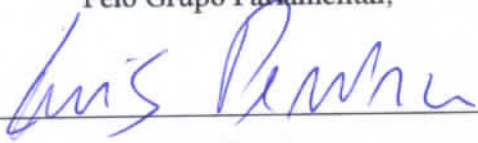
tudo aquilo que Santa Comba Dão tem para oferecer, a este nível. Termino com algumas perguntas ao Sr. Presidente da Câmara Municipal:



- Foi constituído algum grupo de trabalho que tenha como objecto o desenvolvimento e promoção turístico-cultural de Santa Comba Dão ? Existe algum plano estratégico para a área ?
- Qual o estado do projecto Empreendimento Turístico da Senhora da Ribeira ?
- Que perspectivas abre a atribuição dos direitos de exploração e concessão por um período de 50 anos renovável por mais 20 anos, ao Município ? Que estratégia vai o Município seguir ?

Santa Comba Dão, 28 de Dezembro de 2015

Pelo Grupo Parlamentar,



Luís Pereira

Senhores deputados:

Hoje, a meio do mandato autárquico, é tempo de balanço do trabalho do que foi feito nestes dois anos. Mas não podemos esquecer o ponto de partida.

Dois anos, que pelas circunstâncias que todos conhecem, foram muito difíceis.

Encontrámos, como sabem:

1. uma dívida astronómica de mais de 30 milhões de euros
2. Inexistência de fundos disponíveis, o que nos impedia , e ainda impede, de fazer qualquer despesa;
3. um parque de viaturas completamente arruinado;
4. fornecedores de serviços a ameaçar cortá-los, tal era o valor da dívida;
5. incumprimento bancário em quase todos os bancos: a título de exemplo, à CGD, a dívida de prestações vencidas e não pagas ultrapassava o milhão de euros;
6. quase todos os fornecedores de bens e serviços já só o faziam com pagamento na hora

Fomos também confrontados com algumas surpresas:

- a) rescisão dos contratos de quase todos os projetos financiados pelo anterior quadro comunitário, por irregularidades gravíssimas que estão a ser investigadas, o que nos obrigou já a devolver cerca de 900 mil euros, e que estamos já a fazer em prestações mensais e temos de ter concluído até Março de 2017.
- b) Injunções de fornecedores a reclamar o pagamento de dívida
- c) Reclamação de dívidas sem qualquer reflexo contabilístico, cujas faturas nunca deram entrada na contabilidade, algumas de centenas de milhares de euros, o que infelizmente ainda continua a acontecer hoje;
- d) Reclamação da realização de infraestruturas de loteamentos vendidos , em que foi recebido o dinheiro, mas as infraestruturas nunca foram feitas- a título de exemplo, o loteamento Sec XXI,

no serrado, vendido por 700 mil euros em Dezembro de 2011, e em que as infraestruturas deveriam estar concluídas em 2012, mas que teremos de ser nós a construí-las e vão custar cerca de 500 mil.

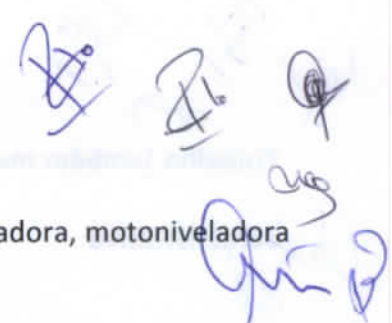
- e) Não pagamento há vários anos de obrigações a entidades públicas, como por exemplo a taxa de recursos hídricos, cuja dívida ascendia em 2013 a 28.384€ e cujo não pagamento nos impediria de obter licenças de utilização para as ETAR,s e candidaturas a fundos comunitários.

Foi neste contexto que tivemos de arregaçar as mangas e trabalhar. Trabalhar muito, até à exaustão.

O que fizemos?

Ao nível das obras municipais:

- a) Grandes reparações em máquinas, para poder operar, na retroescavadora, motoniveladora, tratores, camião, varredoura, carrinhas, cilindro, limpa bermas e outras viaturas, reparações que totalizaram mais de uma centena de milhares de euros;
- b) Aquisição de novo limpa bermas e de viatura usada com cesto para trabalhos em altura
- c) Intervenção na Ponte da Ribeira das Hortas
- d) Aquisição e reparação de grupos eletrobombas avariados da grande maioria das Estações elevatórias e Etars, totalizando umas largas dezenas de milhares de euros;
- e) Contratação de serviços de camião para limpeza de coletores e tanques de etar,s
- f) Requalificação da ETAR de Santa Comba Dão, sobre a qual pendia um processo de contraordenação desde 2010, obra cuja intervenção custou cerca de 75.000€ , participado a 85% pelo POVT.
- g) Requalificação externa do mercado municipal com ajuda dos militares e pintura das paredes do Bairro do Fomento voltadas para a Av. Sá Carneiro;

- 
- h) Requalificação das instalações sanitárias da Senhora da Ribeira
 - i) Limpeza de caminhos florestais / vias municipais, envolvendo retroescavadora, motoniveladora e limpa bermas em diversos locais do concelho;
 - j) Obras de requalificação do estádio municipal, piscinas municipais e pavilhão gimnodesportivo;
 - k) Colaboração com a Junta de Freguesia de S. João de Areias para a requalificação da extensão de saúde, evitando que esta fechasse, e na requalificação do largo junto a sede da Junta.
 - l) Aplicação de massas asfálticas em muitos arruamentos do concelho, alguns num estado lastimável
 - m) Substituição da cobertura de fibrocimento da Escola EB 2/3 por painéis tipo sandwich, obra que custou 102.000 mil euros e comparticipada pelo Ministério da Educação.
 - n) Resolução de alguns problemas relacionados com águas pluviais.
 - o) Colaboração com algumas associações e Instituições públicas na requalificação dos seus imóveis
 - p) Colaboração, sempre que possível, com as juntas de freguesia
- Etc, etc

Ao nível do planeamento:

- a) Conclusão da 5ª alteração ao PDM para resolver alguns problemas de unidades industriais e tb de alguns aviários;
- b) Continuação do desenvolvimento do Plano de Pormenor do Granjal
- c) Colaboração com Misericórdia de Santa Comba Dão, APPACDM, Centro Social Professor Oliveira e Costa, Lar de S. João de Areias, Lar de S. Joaninho, Bombeiros Voluntários, ao nível de elaboração de projetos de arquitetura e acompanhamento das obras
- d) Elaboração e aprovação do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios

Trabalho também muito significativo ao nível da ação social, ao nível da educação e ao nível

 administrativo

Ao nível desportivo e cultural:

- o grande destaque vai para a revitalização e dignificação das Festas da Cidade e da Comba Expo, com muito recurso à promoção de artistas e talentos locais, de promoção do nosso tecido empresarial, e em que a fatura para a câmara tem sido quase nula.
- a Casa da Cultura foi palco de Grandes Espetáculos Musicais, teatrais, uns de iniciativa municipal, mas a maioria da responsabilidade das nossas Associações- Filarmónicas, Ranchos, Tunas, Espetáculos das AEC e Conservatório de Música e Artes do Dão

Ao nível financeiro (a nossa 1ª prioridade)

. Como exemplos de redução de dívidas devidas a fornecedores:

- Transdev- de 790 mil euros em 20.10.2013 para 182mil em 04.12.2015, dos quais 101 mil estão ainda na 3ª tranche do PAEL:
- Uniself – de 285 mil euros em 20.10.2013 para 91 mil em 04.12.2015, dos quais 65, 6 mil euros estão no PAEL.

. Como exemplo de rubricas da despesas, que mostram o tipo de monitorização :

- comunicações – 33,5 mil euros (2013); 23,7 mil (2014); 19,6 mil(2015)
- combustíveis - 152 mil euros (2013); 110,5 mil (2014); 97 mil(2015)

. Enorme redução das despesas de pessoal:

- . Foi decidido não proceder a qualquer nomeação para cargos políticos, que implicasse aumento de encargos. Apenas foi nomeada uma secretária, funcionária da Câmara Municipal,

mantendo o vencimento de origem. Consequentemente, comparando com a situação que vigorava no anterior executivo (um chefe de gabinete, um secretário e um assessor), a poupança anual é de 103.700 €.

Foi graças a esse trabalho rigorosíssimo de controlo das despesas que :

. A 30 de Setembro deste ano (final do 3º trimestre) tínhamos reduzido o endividamento em cerca de **3,2 milhões de euros**;

. Os pagamentos em atraso passaram de 5.058.274€ em 31-12-2013 para 999.273,65€ em 30.11.2015;

. Hoje, **o município é uma entidade credível e respeitada** - passámos de uma situação em que só era possível comprar um parafuso com dinheiro na mão ou que era cortado o abastecimento de combustível, para uma situação em que não há receio de fornecer a crédito, porque se paga religiosamente na data contratada, o que permite ainda obter os melhores preços.

. Pelo facto de nos terem deixado em situação de rutura financeira (dos municípios mais endividados do país), fomos obrigados a apresentar uma candidatura ao Fundo de Apoio Municipal (FAM) e elaborar um Plano de Ajustamento Municipal-uma espécie de troika à portuguesa, que finalmente aqui vem hoje para aprovação, que nos permitirá consolidar alguma dívida, mas que nos obriga a algumas medidas dolorosas para o concelho e para os munícipes- não possibilidade de reduzir impostos e isenções – IMI, Taxa variável do IRS, etc

Mas o nosso trabalho não se ficou só na redução da despesa e do endividamento:

Preparação da Estratégia para o Futuro, com vista ao desenvolvimento económico do Concelho:

- Complexo termal do Granjal

- Continuámos a desenvolver o Plano de Pormenor, assinámos com a DGEG o contrato de exploração por 50 anos da água mineral natural denominada Granjal, com a obrigatoriedade de desenvolver um vasto caderno de encargos, com vista à sua classificação do ponto de vista terapêutico e posterior rentabilização financeira.

- realizámos um workshop sobre esta temática, trazendo a Santa Comba Dão especialistas de renome e convidando potenciais investidores;

- estamos a promover junto de potenciais investidores este projeto, trazendo-os a Santa Comba ou deslocando-nos até eles.

- **Participámos na elaboração da candidatura da CIM ao Portugal 2020**, já aprovada, o que nos permitiu incluir financiamento para os seguintes projetos nos próximos anos:

- .a) requalificar as piscinas municipais do ponto de vista da eficiência energética;
- . b) Continuar a requalificar a Escola EB 2/3
- .c) Ajudar a consolidar projetos estruturantes para o desenvolvimento do concelho na área cultural, como por exemplo os Musicais
- .d) desenvolver projetos de apoio às camadas mais vulneráveis da nossa população (as crianças e os mais idosos), mas também na formação e inserção no mercado de trabalho;
- .e) dar corpo, finalmente a um sonho da população de S. João de Areias, tanta vez anunciado e nunca concretizado: desta vez vai mesmo ser uma realidade, a construção da Extensão de Saúde, uma obra que rondará os 300mil euros;

. Estamos a desenvolver o projeto “Centro Interpretativo do Estado Novo”, integrado num projeto abrangente dos concelhos que integram a ADICES, e que se denomina ROTA DAS FIGURAS DO ESTADO NOVO;

. Participámos na candidatura : "Caminhos da Batalha do Bussaco", com a criação de um Centro Interpretativo das Invasões Francesas em cada um dos concelhos que a integram (Santa Comba Dão, Mortágua, Penacova, Mealhada e Coimbra) e várias iniciativas anuais

. Estamos a desenvolver contactos com empresários para se instalarem nas zonas Industriais que temos e na ocupação de alguns pavilhões devolutos, ao mesmo tempo que estamos a procurar requalificar essas mesmas zonas;

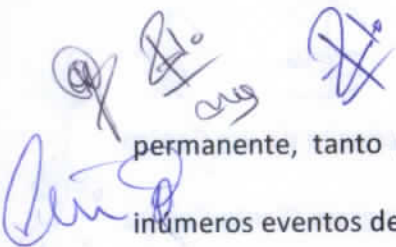
. Estamos a trabalhar afincadamente com as Infraestruturas de Portugal com vista à criação de acesso condigno à Ecopista a partir da Estação e na cedência de duas antigas casas de função para aí instalar uma unidade de apoio à ecopista para utilizadores que venham de automóvel, autocarro ou comboio –um espaço para alugar bicicleta, tomar banho, mudar de roupa, guardar bens, descansar, etc

. Estamos a apoiar iniciativas empresariais na área do turismo, como por exemplo o Solar do Morgadio, no Rojão Pequeno, que no próximo ano terá potencialidades várias de exploração turística, cerca de 20 suites para alojamento e uma quinta envolvente;

. Estamos a trabalhar no projeto de requalificação da zona da ribeira das hortas, a jusante da ponte (antiga zona da Ribeira), envolvendo a recuperação de moinhos, de antigo lagar de azeite, da central elétrica, com vista à integração num projeto de requalificação urbana, com vista à sua transformação num produto pedagógico de grande potencial turístico.

. Estamos a promover a gestão florestal e o desenvolvimento da agricultura. Por exemplo, no passado dia 8, decorreu na Casa da Cultura um Fórum Florestal, com o objetivo de ajudar e esclarecer os nossos agricultores e produtores florestais sobre novas oportunidades para o desenvolvimento do setor primário.

. Estamos a preparar a requalificação interna do mercado municipal, bastante degradado, transformando-o num espaço moderno, amplo e polivalente, que permita a sua dinamização



permanente, tanto na venda dos produtos locais, como na possibilidade da realização de inúmeros eventos de natureza económica e cultural.

Senhores deputados:

- Temos trabalhado com afincos e muita determinação na preparação de projetos que permitam trazer emprego e qualidade de vida aos nossos munícipes, projetos que não cabem todos neste mandato, pelas razões que conhecem, mas que estão bem presentes e têm de ser concluídos no próximo mandato

-Temos trabalhado com muito rigor na gestão dos dinheiros públicos

-Temos trabalhado com enorme transparência na gestão da coisa pública (como exemplo, a hastas públicas para a concessão da exploração das piscinas municipais, de algumas desmatações nas zonas industriais das Lameiras e da Catraia, até na venda de sucata, mas também a realização de muitos procedimento de aquisição de bens e serviços e no pedido de vários orçamentos, mesmo nas aquisições de pequeno montante);

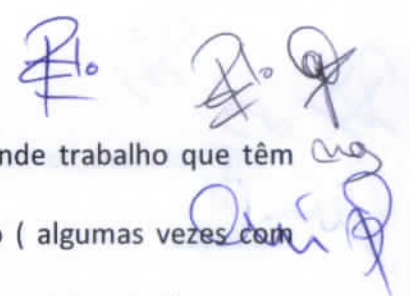
Sabemos que muito há ainda para fazer.

Sabemos que há situações ainda a corrigir, algumas das quais perfeitamente identificadas e com planos de correção em marcha;

Nunca duvidei de que conseguiríamos chegar aqui, mas foram muitas as horas de profundo desespero

Quero dizer-vos que tenho um enorme orgulho no trabalho desenvolvido, no modo como foi conseguido, e que só foi possível:

-graças a uma equipa competente, coesa e solidária


-aos nossos presidentes e membros das juntas de freguesia, pelo grande trabalho que têm desenvolvido nas suas freguesias, mas também pela sua compreensão (algumas vezes com algum nervosismo e muita impaciência, mas que é mais do que compreensível) para as dificuldades da Câmara Municipal em termos de recursos.

- a muitos funcionários municipais, pelo grande empenho, dedicação espírito de serviço público, que têm colocado no desempenho das suas funções e na disponibilidade manifestada em momentos mais críticos. Nestas coisas, não podemos confundir a árvore, ou algumas árvores, com toda a floresta;

-Às nossas Instituições e Associações, que têm entendido as dificuldades, mas não cruzaram os braços e foram capazes de continuar a encontrar soluções para o desenvolvimento das suas ações culturais, desportivas ou sociais, em prole do desenvolvimento de Santa Comba Dão e dos Santacombadenses.

Caros Deputados

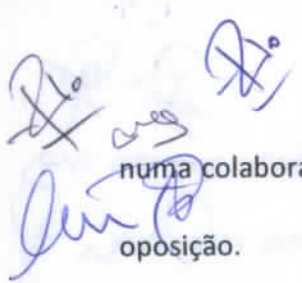
Sabemos o que queremos para Santa Comba Dão e o caminho para lá chegar.

O programa eleitoral que apresentámos em 2013 era bem claro quanto a isso

A nossa prioridade foi e continua a ser a estabilização da situação financeira.

Começam a ser lançadas as sementes para o desenvolvimento do concelho e que procuram responder às seguintes grandes linhas gerais:

- Continuar a garantir a satisfação das necessidades da população, num trabalho em rede com todas as Juntas de Freguesia e as Instituições do Concelho;
- Melhorar a qualidade de vida dos santacombadenses, nomeadamente através da requalificação de Etar,s, prolongamento da rede de saneamento em diversos locais, manutenção de acessibilidades, criação de zonas de lazer e do apoio ao movimento associativo,



numa colaboração também permanente com os nossos autarcas de freguesia, no poder ou na oposição.

-Atraír investimento, por exemplo na melhoria das zonas industriais e no contacto com potenciais investidores

-Criar âncoras para a atração de visitantes, potenciando o desenvolvimento económico a partir de uma aposta forte no turismo, de que se destacam a requalificação da Ribeira das Hortas, O Parque Urbano da Cidade, o Centro Interpretativo do Estado Novo, a acessibilidade à ecopista do Dão, criação de percursos pedestres nas freguesias, o desenvolvimento do Complexo termal do Granjal e Sr^a Da Ribeira, associado a grandes eventos culturais, nomeadamente na área da Música. Queremos transformar este concelho no concelho da Música, da Luz e da Água.

Caros deputados:

Com a ajuda de todos vamos transformar este concelho.

No curto prazo, esperamos um Novo Ano com mais justiça social, com recuperação de salários, com melhor saúde, educação e melhor justiça para todos.

Muito obrigado.



Já lá vão praticamente dois anos desde o início da legislatura desta Assembleia Municipal e, o que acontece, é que temo vindo a chamar a atenção, repetidas vezes, da Edilidade para os mesmos assuntos, sem que haja, por parte do Executivo o mínimo sinal de receptividade, o que realmente provoca uma grande estranheza para quem fez da cultura um dos estandartes para o desenvolvimento harmonioso e diversificado deste concelho.

A primeira e mais grave lacuna a apontar é a inexistência de uma programação a curto, médio e longo prazo, com a indicação precisa do mês, dia, hora, local e género de espectáculo, sempre com a preocupação de evitar coincidências ou simultaneidades sempre nefastas a nível de afluxo de público e a natural publicitação de eventos através dos órgãos de comunicação social mais apropriados (portal da Autarquia, jornais, etc, etc) e afixação de cartazes.

Para o atual Executivo, a atratividade cultural assenta primordialmente num triângulo: música, desporto, gastronomia, privilegiando a sede do concelho, ostracizando as outras localidades, quase todas elas possuidoras de instalações capazes de receberem espetáculos de diferentes géneros, com honrosas e raras exceções das redes das Filarmónicas de São João de Arelas e Pimbeiro de Azere e o Centro Cultural do Póvão Grande.

É de enfatizar a qualidade artística e a magnificiência dos espetáculos que as Filarmónicas de Santa Comba Dão/Coro; de São João de Arelas e de Pimbeiro de Azere facultaram a todos quantos estiveram presentes a esses eventos e que patenteia, inquestionavelmente, o empenho e dedicação inenunciáveis que diferentes maestros e músicos colocam na defesa intrínseca deste bem insubstituível e comum

~~João B~~ os

que é a música.

Claro está, que inserido neste quadro, é perfeitamente justa, uma palavra de agradecimento e de louvor endereçada ao Conservatório de Música / CMAD pelo papel importante desenvolvido na afirmação de excelência musical do nosso concelho.

Mas a cultura é isto... e muito mais.

Se nós estivermos atentos aos espetáculos realizados na Casa da Cultura, facilmente chegamos à conclusão que há uma diferença abissal entre os do género musical e os restantes, havendo quem, ironicamente, alvitre a sua gestão perdimente que se deve mudar a actual designação — Casa da Cultura — para Casa da Música, uma denominação mais adequada aos propósitos seguidos pela Câmara Municipal.

Na primeira sessão disse — e repeti — o noutras ocasiões — que é de toda a justiça prestar-se homenagem pública a todos os filhos deste concelho que, em várias áreas do conhecimento humano se evidenciaram e não, estaremos à espera que eles morram para que o façamos.

E já agora uma informação: o senhor engenheiro Galvão Lucas, vai fazer, em 3 de Janeiro, a linda idade de 95 anos, e, repare na juventude de espírito, prepara-se para lançar o seu quarto livro de versos.

É mérito caricaturista, insigne poeta, compositor e pianista de reconhecer o mérito, homem possuidor de uma vasta e multifacetada cultura — pergunto agora: que está a Câmara à espera para que lhe seja dado o devido enfoque?

Façamos justiça aos filhos do nosso concelho enquanto eles são vivos.

O deputado do CPS/PP

Handwritten signature in blue ink.



Santa Comba Dão
Assembleia Municipal

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal

Senhoras e Senhores Vereadores,

Caros colegas deputados Municipais

Excelentíssimo Público

Comunicação Social

Área da Saúde - Inatividade do equipamento RX no Centro de Saúde

Esta intervenção diz respeito à suposta Inatividade do equipamento RX no Centro de Saúde de SCD.

O que gostaríamos de ver esclarecido nesta AM neste ponto é o seguinte:

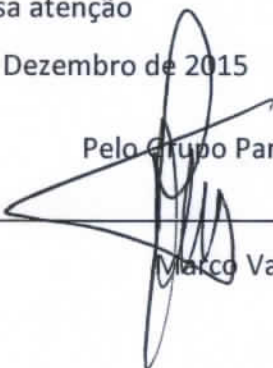
- O equipamento encontra-se ou não inactivo?
- Se sim, qual o motivo?
- Se por ventura este equipamento estiver inativo por avaria técnica, se já foi efectuado algum pedido de reparação do mesmo?
- Se sim, qual ou quais as empresas/entidades que foram contactadas de forma a avaliar o estado do equipamento?
- Qual o custo da reparação do equipamento?
- Qual o custo de um equipamento de substituição (Avaliação de custo/benefício da reparação VS novo)?

Gostaríamos que com clareza e evidências nos fosse respondido e clarificado este ponto.

Muito obrigado pela vossa atenção

Santa Comba Dão, 28 de Dezembro de 2015

Pelo Grupo Parlamentar,


Marco Varela

ASSEMBLEIA MUNICIPAL SCD

Fundo de Apoio Municipal - FAM

Vivemos um momento decisivo que nos convoca a todos para um compromisso com o futuro, reconhecendo no FAM um instrumento fundamental para resolver a grave situação de sustentabilidade e desequilíbrio do nosso município.

É uma oportunidade de recolocarmos o município de Santa Comba Dão, num percurso de equilíbrio financeiro que garanta, por um lado, o cumprimento dos serviços essenciais aos cidadãos e, por outro, a possibilidade de concretização de políticas de desenvolvimento para o concelho em áreas como a educação, o apoio às empresas e aos empresários ou a ajuda às famílias, enquanto garantimos o cumprimento integral dos compromissos assumidos no passado, junto da banca e dos fornecedores, libertando a autarquia da incerteza e do peso financeiro da dívida que no início do mandato asfixiavam a gestão deste município.

O recurso ao FAM não é uma escolha, a situação de rutura financeira e de emergência que este executivo encontrou, colocou-o na posição de obrigatoriedade de recorrer a este apoio, o que para este executivo, pelas restrições que o regime jurídico do FAM coloca, não é a solução que o partido socialista preconizou para Santa Comba Dão, obrigando à colocação das taxas de IMI, IRS e Derrama no valor máximo em consequência dos mais de 18 Milhões de euros de dívida, que constam no Relatório da Direção Executiva da Proposta do PAM, ao que acresce a dívida das parcerias público-privadas (Centros Educativos –Centro/sul e Dãogest), a devolução de verbas recebidas do CREN, o pagamento de faturas não refletidas na contabilidade, assim como outras irregularidades praticadas que colocaram a dívida do município de Santa Comba Dão em mais de 30 Milhões de euros.

Apesar da dramática situação descrita, estamos confiantes que o atual executivo irá encarar com perseverança e sentido de responsabilidade o compromisso claro que assumiu com os cidadãos, as forças políticas e as instituições públicas e privadas do

21.
Quarta-feira

concelho. Ainda no passado, salientamos o facto de que durante o executivo anterior foi implementado o plano de saneamento financeiro associado a um empréstimo de mais de 6.5 Milhões euros em 2009, para pagamento de dívida a fornecedores, o qual foi sistematicamente violado, não tendo sido aplicado para diminuir a dívida, nomeadamente a fornecedores, tendo-se verificado o efeito contrário, a dívida aumentou!

Reconhecemos evidentes diferenças no programa aqui hoje apresentado, nomeadamente no rigor dos documentos elaborados, assim como na coerência das medidas destacadas. Este programa de apoio municipal apresenta medidas concretas de otimização dos recursos técnicos, assim como medidas adicionais de contenção de despesa e maximização da receita, sendo esta a grande diferença dos planos apresentados no passado. Apesar de representarem encargos fortíssimos, consideramos que o município a curto e médio prazo, corre o risco de ficar condicionado à **“compra de tempo para pagar a dívida”**, mas consideramos que a boa gestão já demonstrada nos últimos dois anos irá com certeza, superara e vencer dificuldades que permitiram tornar sustentáveis as contas do município e prosseguir com o desenvolvimento do concelho.

Os deputados do Partido Socialista de SCD manifestam, em função deste verdadeiro resgate, o seu total apoio na implementação do FAM para que a Câmara de Santa Comba Dão consiga no futuro ver a sua gestão alterada em definitivo.

Edite Cruz

Santa Comba Dão 28 de dezembro de 2015